

A HISTÓRIA CONTADA COM PEDRA, AREIA E IMAGENS: A REPRESENTAÇÃO DO DESCOBRIMENTO PORTUGUÊS NO LITORAL POTIGUAR E O MONUMENTO DO PADRÃO DE POSSE CONSERVADO NA FORTALEZA DOS REIS MAGOS, EM NATAL (RN)

GERALDO BARBOSA NETO*

Resumo: Esse artigo intenta mostrar, por meio de uma análise do vestígio material de um padrão de pedra português e da construção de um cenário histórico para contextualizá-lo, como se criou uma representação do descobrimento do litoral potiguar.

Palavras-chave: Monumento; Representação; Descobrimto.

Abstract: The history reported with stone, sand and images: the portuguese discovery representation of potiguar coast and the preserved monument in the Reis Magos fortress from Natal (RN). This article aims to show through an analysis of the trace material of a portuguese monument and of the construction of a historical picture that contextualizes it, how was created a representation of the discovery of the potiguar coast.

Key-words: Monument; Representation; Discovery.

* Mestrando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bolsista CAPES. E-mail: <gbnetoindependente@hotmail.com>.

A construção material do descobrimento do litoral potiguar

“Tempora mutantur et nos mutamur in illis”¹

A ampulheta é um recipiente composto de dois cilindros transparentes que se comunicam por um pequeno orifício que deixa passar areia de um cilindro para o outro. A areia que se encontra no cilindro de cima demanda uma quantidade de tempo para passar para o cilindro de baixo. Finalizada a transferência de areia, ao se inverter a ampulheta, o cilindro de baixo se torna o de cima e se reinicia o processo. A areia que passa para o cilindro de baixo simboliza o presente, uma vez que, anteriormente, ou seja, no passado, pertencia ao cilindro de cima. No entanto, com a inversão da ampulheta, o que simbolizava o passado pode se tornar presente, de modo que, na ampulheta, o antes e o depois se confundem. Nesse sentido, o presente artigo problematiza como um vestígio material, acompanhado da construção de um cenário histórico presente na Fortaleza dos Reis Magos, rerepresentou o descobrimento português do litoral potiguar. Trata-se de analisar a representação de um evento passado em uma elaboração do presente.

Para tanto, tomou-se como apoio o conceito de monumento proposto por Jacques Le Goff, no qual a “palavra latina *monumentum* remete à raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções

¹ “O tempo muda e nós mudamos com ele.” Frase presente em um azulejo colonial do pátio interno do convento de São Francisco, na Bahia. TURAZZI, Maria Inez. *Tempo e história*. São Paulo: Moderna, 2000, p. 6-7.

essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa ‘fazer recordar’, de onde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’. O *monumentum* é um sinal do passado.’² Essa concepção de monumento permite analisar a periodização delineada no objeto material conservado na cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte (RN).

Também se recorreu à categoria de representação, indicada por Roger Chartier, para quem a representação é entendida como um conjunto de ideias que elaboram o mundo ao mesmo tempo em que incorporam as relações de força e poder estabelecidas naquela realidade. A percepção do mundo social engendra estratégias e práticas que enunciam poder e dominação.³ Assim, uma realidade não existe em si, mas pela imagem projetada sobre ela e pela expectativa social que a apreende. Essa categoria possibilita analisar como a disposição do objeto material e a fotografia de fundo que o situou historicamente representou uma perspectiva histórica potiguar.

Em 1890, em uma das sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o conselheiro Alencar Araripe noticiou a existência de um vestígio material do período das primeiras expedições portuguesas na costa brasileira. Araripe propôs que esse marco fosse trazido para o IHGB. A notícia desse marco foi retirada da obra *Datas celebres e factos notáveis da história do Brasil*, escrita

² LE GOFF, Jaques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003, p. 526.

³ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 17.

pelo historiador pernambucano José de Vasconcelos. Nesse apontamento, Araripe citou do livro de Vasconcelos, na referida sessão, a primeira descrição desse objeto:

É uma pedra quadrangular, da qualidade que chama vulgarmente mármore de Lisboa, donde a importamos em obras de diferentes espécies, alvíssima e de fina gran.

Tem a figura de um grande paralelepípedo, com dois palmos de largura e um de grossura.

Quanto ao tamanho não se sabe; porque está enterrada em parte, tendo fora da terra cerca de quatro palmos; é de crer que tenha outros tantos soterrados. Não tem inscrição nem data alguma, e apenas em uma das faces gravada, ou melhor dito, cavada, uma cruz da ordem de Cristo em cima de uma espécie de escudo, no qual estão as quinas portuguesas em cruz [...].⁴

Ao propor que esse pilar de pedra fosse retirado do local onde foi encontrado e passasse a ser conservado no IHGB, Alencar Araripe desvinculou esse marco de sua condição de objeto, investindo nele a significação de sinal do passado. Essa constatação permite questionar qual passado o conselheiro Alencar Araripe tinha em mente. A exposição da questão para os membros do IHGB fornece a indicação de que sua concepção de passado se alinhou com a proposta de história do Instituto. Evidencia-se, também, que Araripe entendeu esse marco português existente no litoral potiguar contendo uma inserção na acepção de história assumida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁴ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB). Rio de Janeiro, 1890. Tomo LIII, parte II, p. 498-499. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>>. Acesso em: 1 abr. 2011.

Lilia Moritz Schwarcz, em *O espetáculo das raças*, constatou que a maior parte dos artigos produzidos na revista do IHGB foi dedicada à história colonial. Nesses artigos, elencou-se como tema principal o “descobrimento” do Brasil.⁵ A concentração dos escritos do Instituto nesse período, e nesse evento, revela-se como um indício dos pressupostos de história que estiveram subjacentes às produções da revista do Instituto. Objetivou-se veicular nos artigos da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro uma história do Brasil a partir da chegada dos que trouxeram a “civilização” para a nação e dos representantes que se filiavam à origem dos membros que compunham o IHGB.

A composição social do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi de uma elite intelectual, em grande parte de origem portuguesa. Essa camada social detinha as atividades econômicas e financeiras do país e era envolvida diretamente na sua administração burocrática e política.⁶ Em vista disso, na revista do Instituto que criaram, se representou e buscou suas origens no período colonial. No final do século XIX, mais do que projetar no “descobrimento” uma fundação romantizada de seus antepassados, houve, por parte dessa elite intelectual, a sobreposição da história que elaborou para si sobre os outros membros étnicos que compunham a população brasileira.

⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 113-114.

⁶ SCHWARCZ, op. cit., 1993, p. 99-102.

Nesse sentido, forjaram uma identidade histórica que encobriu o passado experimentado pelos grupos indígenas e africanos. Esse último grupo étnico, cujo ressentimento dos desdobramentos do processo de sua abolição ressoava de maneira ainda pulsante nos seus ex-senhores, enfrentou muitas ressalvas e oposições para ser admitido na almejada construção da imagem de uma nação comum que permeou os escritos da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Foi no horizonte desse entendimento de história delineada no interior de uma elite douta e detentora de poder que Alencar Araripe sugestionou a custódia do marco de pedra português presente no litoral potiguar, visto que, metodologicamente, a epistemologia que demarcou os estudos de história estavam marcados pelo paradigma positivista, sendo que o conselheiro Alencar Araripe ofereceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um documento material capaz de conferir autenticidade à história da chegada dos portugueses e, mais do que isso, esse objeto se constituiria como comprovação dessa presença remota dos portugueses no Brasil.

A descrição desse pilar de pedra trazida para uma sessão do IHGB apresentou como parte desse objeto a presença “em uma das faces gravada, ou melhor dito, cavada, uma cruz da ordem de Cristo.”⁷ Nesse símbolo, a autoridade religiosa imposta pela colonização portuguesa discursa. Esse fato sintetiza a trajetória histórica de catequização dos grupos indígenas e da negação de sua cultura. Se

⁷ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, op. cit., 1890, p. 498-499.

atestaria em um objeto de pedra, carente da prolixidade dos escritos da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), mas eloquente, a introdução dos indígenas no projeto restrito de nação brasileira. Os indígenas e os africanos estariam representados, sob a égide do olhar histórico dos membros da elite do Instituto, nessa imagem.

Imagem 1. Detalhe da Cruz da Ordem de Cristo do padrão português⁸



Fonte: Acervo do autor.

Foi assinalado também no objeto de pedra “uma espécie de escudo, no qual estão as quinas portuguesas em cruz [...]”⁹ Esse símbolo, em uma conotação política, na perspectiva de história do

⁸ Cruz da Ordem de Cristo. Disponível em: <http://images.orkut.com/orkut/photos/OgA-AAHTh4MZHixw3WaHJPzUTX6kpJOfyjnd_FN2FMBIFESC8Yyq8BaleP77Wx523I-8ZU4E3g9IHfJDMSt9NJU5f8DsAm1T1UKXZByKvykQAduITo_LNElcyZlc.jpg>. Acesso em: 1 abr. 2011.

⁹ *REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO*. RIHGB, Rio de Janeiro, 1890. Tomo LIII. Parte II. p. 498-499. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>> Acesso em: 1 abr. 2011.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro documentaria a chegada da “civilização”, de um esforço do poder para que indígenas e africanos assumissem os modos de vida dos portugueses. Foi uma simbologia da submissão que imaginariamente se encobriria inclusive às resistências e tensões vivenciadas durante a segunda metade do século XIX, ao menos no plano das ideias. O poder é situado nos portugueses, o que implica que, empregado na simbolização de um passado comum, resta aos indígenas e africanos a obediência.

Imagem 2. Detalhe do escudo do padrão português¹⁰



Fonte: Acervo do autor.

Contudo, as potencialidades simbólicas do marco de pedra de origem portuguesa não despertaram o interesse do IHGB. Em 1928, Câmara Cascudo visitou pessoalmente o lugar onde estava

¹⁰ Fonte: Disponível em: <http://images.orkut.com/orkut/photos/OgAAAHT4MZH-qxw3WaHJPzUTX6kpJOfyjnd_FN2FMBIFESC8Yyq8BaleP77Wx523I8ZU4E3g9IHfJD-MSt9NJU5f8DsAm1T1UKXZByKvykQAdtuTo_LNElcyZlc.jpg>. Acesso em: 1 abr. 2011.

fincado o marco, certificando sua permanência no mesmo local.¹¹ Em 1955, Câmara Cascudo revisitou o marco acompanhado de Silvío Pedroza, governador do Rio Grande do Norte nesse período. O marco havia sido removido e abrigado em uma capela. Esse objeto havia passado a fazer parte da crença local, e trazia fitas, rosários e flores, se tornando objeto de culto. Na ocasião, o governador manifestou para Câmara Cascudo a intenção de retirar o marco dessa capela e transferi-lo para o Instituto Histórico de Natal.¹²

Ainda apoiando-se em Câmara Cascudo, sabe-se que, em 1962, o vestígio material permanecia nas mesmas circunstâncias, segundo notícia de Oswaldo de Souza, representante do Patrimônio Histórico e Artístico. A opinião de Câmara Cascudo, ao saber essa informação, foi de que “Assim vive o SANTO CRUZEIRO DOS MARCOS, chantado por Gaspar de Lemos em agosto de 1501, possivelmente esquecido do orgulho de figurar como o mais antigo marco colonial do Brasil, por ter sido elevado às glórias do culto popular [...]”¹³

O marco de pedra se dividiu entre a crença local e o prolongamento da tentativa de transformá-lo em um monumento. Identifica-se nesse ponto uma questão riquíssima a ser examinada. Contudo, as fontes de informação disponíveis não permitem esquadriñar os acontecimentos e relações envolvidas no processo que teve como

¹¹ CASCUDO, Luís da Câmara. *Dois ensaios de história*. Natal: Imprensa Universitária do Rio Grande do Norte, 1965, p. 54-55.

¹² CASCUDO, op. cit., 1965, p. 72.

¹³ CASCUDO, op. cit., 1965, p. 74.

desfecho a transferência do pilar de pedra para a Fortaleza dos Reis Magos, na cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte. A observação desse evento apenas permite assinalar que o objetivo almejado para esse marco, por Alencar Araripe, quando o século XIX se encaminhava para o seu final, se confirmou.

Alguns anos atrás, na cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, na Fortaleza dos Reis Magos, um recinto de taipa apresentou um cenário que remetia ao passado. Nesse lugar, esse vestígio material potiguar foi transformado em monumento. Esse marco de pedra estava assentado sobre areia, que prolongada com a areia da paisagem representada fotograficamente na parede disposta como fundo para esse pilar de pedra, possibilitou a sensação para quem a observasse de estar pisando no lugar retratado ao fundo, transportando quem visualizava esse espaço até a cena figurada.

A paisagem que servia como fundo ao monumento era uma praia. Essa imagem trazia em sua margem superior o mapa do litoral potiguar. Mais ao fundo estava projetado o mar, suscitando a percepção de se estar realmente em uma praia de frente para o Oceano Atlântico.

Bem distante no mar, figuravam três embarcações. Uma delas era de grande porte, representando a caravela portuguesa, que trazia até mesmo a vela estampando a cruz de malta. Dois navios menores seguiam ao lado dessa caravela. Elas se situavam de frente para quem as observasse, conduzindo à uma noção de movimento. A disposição das caravelas na cena histórica criada em torno do vestígio material

municia a noção de que, se se permanecesse no local, em poucos instantes, poder-se-ia assistir a ancoragem das caravelas portuguesas. A presença das caravelas fez com que, de um retrato comum da praia norte-rio-grandense, a tela ganhasse um senso de historicidade. Isso permitiu despertar no espectador a ideia de estar presenciando a chegada das naus portuguesas naquele momento e local.

Imagem 3. Padrão português com cenário ao fundo na Fortaleza dos Reis Magos¹⁴



Fonte: Acervo do autor.

¹⁴ Padrão português. Disponível em: <http://lh3.ggpht.com/_vLrimTZuIKE/R5dXabeu-vVI/AAAAAAAAIqg/Vkb4lj2wzHM/Natal+469.jpg>. Acesso em: 01 abr. 2011.

O recurso escolhido para contextualizar o vestígio material não se tratou de uma produção artística de conotação histórica, como fizeram, por exemplo, os pintores Victor Meirelles e Oscar Pereira da Silva, no século XIX. A técnica utilizada trouxe a imagem real da praia, assim como imagens bem realistas das caravelas. O vestígio material e o cenário foram arquitetados de maneira que tornassem presentes para o seu espectador, o período e a localidade do descobrimento dessa região potiguar, sugerindo a participação do observador nesse evento.

A ocorrência histórica relatada nessa encenação revestida de passado foi a descrita na *Lettera di Amerigo Vespucci delle isole nuovamente trovale in quatro suoi viaggi*, atribuída a Américo Vespúcio¹⁵:

*Piacque a Dio mostrarci terra nuova, e fu a dì 17 d'agosto, dove surgemmo a mezza lega, e buttammo fuora nostri battelli, e fummo a la vedere la terra se era abitata da gente e che tale era, e trovammola essere abitata da gente che erano peggiori che nimali, per lo che Vostra Magnificenza intenderi: in questo principio non vedemmo gente, ma ben conoscemmo che era popolata per molti segnali che in essa vedemmo. Pigliammo la possessione di essa per questo serenissimo re.*¹⁶

¹⁵ Cartas de Américo Vespúcio sobre as ilhas recentemente encontradas em suas quatro viagens.

¹⁶ *Lettera di Amerigo Vespucci delle isole nuovamente trovale in quatro suoi viaggi*. Disponível em: <<http://eprints.unifi.it/archive/00000533/>>. Acesso em: 01 abr. 2011, p. 367-368. Tradução: “Então ao Onipotente, em 17 de agosto, aprouve mostrar-nos uma nova praia, ao largo da qual ancoramos a légua e meia de distância e em seguida desembarcamos em alguns de nossos botes para ver se era habitada. Descobrimos que as habitavam muitos nativos, piores que animais, como Vossa Majestade adiante verá. Mas, no início do desembarque, não notamos gente alguma, embora por inúmeros sinais soubéssemos que muitas pessoas ocupavam a orla. Tomamos posse da terra em nome do sereníssimo rei [...]” VESPÚCIO, Américo. *Novo Mundo: as cartas que batizaram a América*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003, p. 102-103. Essa tradução foi feita da versão latina, contendo algumas variações e imprecisões, contudo conservando o sentido geral.

A representação desse evento descrito na *Lettera...* não envolveu as polêmicas que marcaram as missivas vespucianas, controversias que desautorizam até mesmo a autoria dessa carta atribuída a Vespúcio. Nem mesmo se sugeriu indicações sobre as discussões que abordam a veracidade das viagens relatadas por Vespúcio. A representação inseriu um vestígio material autêntico desse acontecimento, que contornado pelo cenário que o acompanhou, impingiu no contexto construído a ideia de realidade histórica.

O marco de pedra tornava presente as palavras *Pigliammo la possessione*, ou, na versão latina, *possessorium cepimus*, escritas na *Lettera....* Esses termos significam: “tomamos posse”. Isso outorga ao vestígio material o simbolismo de posse da terra onde foi colocado. Esse sinal de posse trouxe para o presente a reminiscência material da comunicação da autoridade portuguesa sobre a terra descoberta.

Esse costume, de se erguer marcos nas terras acessadas pelos portugueses, pertenceu à conjuntura dos descobrimentos. O hábito teria se iniciado com o navegador Diogo Cão. Um dos primeiros marcos que ele erigiu na costa ocidental africana, ao sul da linha equinocial, está conservado na Sociedade de Geografia de Lisboa, e recebeu o nome de padrão de Santo Agostinho. Em excelente estado de conservação, esse vestígio material trouxe uma inscrição:

[...] mui alto, mui
excellente e pode
roso principe
elrei D. João
Segundo, de Por
tugal mandou
descobrir esta
terra e pôr
estes padrões,
por Diogo Cão [...].¹⁷

A inscrição fornece a indicação de que a prática de se levantar esses marcos nas regiões alcançadas em suas navegações foi uma iniciativa de D. João II. A partir disso, essa atitude se mostrou recorrente, seja na África, na Ásia e ou na América. A compreensão desse ato é dificultosa porque aqueles que o repetiram não explicitaram seu significado de maneira precisa, já que apenas cumpriram um costume principiado com o explorador D. Cão, de maneira que não sentiram necessidade de abordá-lo em pormenores. Entretanto, esse costume de erguer marcos nas regiões onde os portugueses ancoraram, figurou sempre articulado com o termo “descobrir”. Deste modo, o levantamento de um sinal da presença portuguesa esteve associado aos “descobrimientos” que realizaram.

A história contada por esses padrões de pedra oculta a historicidade e as reminiscências das populações locais construídas antes das naus portuguesas aportarem em suas experiências. O padrão de

¹⁷ CORDEIRO, Luciano. *Questões histórico-coloniais*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colônias, 1936, p. 25.

pedra português reerguido na cidade de Natal realentou a versão da história narrada pelos portugueses. Na cena observada pelos espectadores, os indígenas e os negros, assim como outros grupos que compuseram a população e a história brasileira, estão excluídos. Não é a cronologia de suas origens que se anuncia nesse marco. O evento histórico representado na Fortaleza dos Reis Magos se comprometeu com a matriz européia da história brasileira e com a história de uma genealogia nobiliárquica de origem portuguesa sobreposta aos outros grupos brasileiros.

A articulação entre presente e passado, proposta na cena, não expõe somente um vestígio material, ela o torna um sinal do passado, constituindo-o em um monumento que insere o litoral potiguar no mapa dos descobrimentos portugueses presentes na memória histórica brasileira.

Os contornos litorâneos potiguares visualizados na parte superior da cena histórica já haviam marcado o Mapa de Juan de La Cosa, o Planisfério de Cantino, o Planisfério de Kuntsmann II e o Planisfério de Nicolò Caveri, todos datados do início do século XVI. Esses mapas foram os primeiros a trazer, de forma simbólica e diminuída, uma representação análoga da região recém explorada pelos europeus na costa ocidental do Atlântico sul. Eles figuraram também no primeiro mapa que trouxe o nome América atribuído ao Novo Mundo, em homenagem à Américo Vespúcio, elaborado por Martin Waldssemüller, em 1507.

A areia que serviu para assentar o monumento é uma areia real, a areia do presente. A areia que se prolonga artisticamente no cenário, levando até o mar, onde se pode vislumbrar as caravelas vindo de encontro à praia remete ao passado. Assim, no espaço que abrigava o monumento de posse português, presente e passado se misturaram. O marco de posse e a elaboração de um cenário histórico que o contextualizasse inverteram a ampulheta diante da observação de seus espectadores, investindo uma sensação de passado ao entrarem no recinto e um retorno ao presente quando o deixassem. O marco português e a paisagem artística e histórica que o acolheu representaram a inserção norte-rio-grandense na história dos descobrimentos portugueses do princípio do século XVI.

Referências Bibliográficas

- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dois ensaios de história*. Natal: Imprensa Universitária do Rio Grande do Norte, 1965.
- CORDEIRO, Luciano. *Questões histórico-coloniais*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colônias, 1936.
- LE GOFF, Jaques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- TURAZZI, Maria Inez. *Tempo e história*. São Paulo: Moderna, 2000.

Fontes

Cruz da Ordem de Cristo. Disponível em: <http://images.orkut.com/orkut/photos/OgAAAHT4MZHixw3WaHJPzUTX6kpJO-fyjnd_FN2FMBIFESC8Yyq8BaleP77Wx523I8ZU4E3g9IHfJD-MSt9NJU5f8DsAm1T1UKXZByKvykQAdtuITo_LNElcyZlc.jpg>. Acesso em: 1 abr. 2011.

Lettera di Amerigo Vespucci delle isole nuovamente trovate in quattro suoi viaggi. Disponível em: <<http://eprints.unifi.it/archive/00000533/>>. Acesso em: 1 abr. 2011.

Padrão português. Disponível em:

<http://lh3.ggpht.com/_vLrimTZuIKE/R5dXabeuvVI/AAAAAA-AAIqg/Vkb4lj2wzHM/Natal+469.jpg>. Acesso em: 01 abr. 2011.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB). Rio de Janeiro, 1890. Tomo LIII, parte II. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>>. Acesso em: 1 abr. 2011.

VESPÚCIO, Américo. *Novo Mundo: as cartas que batizaram a América*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

Recebido em 19 de agosto de 2011; aprovado em 12 de dezembro de 2011.